



Princípios

Grupo de Trabalho em Catástrofes Naturais da GFIA

O propósito do Grupo de Trabalho em Catástrofes Naturais da GFIA é representar os interesses da indústria de seguros em relação aos planos de gerenciamento do risco de desastres (GRD) relacionados a catástrofes naturais, por meio do engajamento com stakeholders, incluindo órgãos reguladores internacionais, entidades de padronização e Governos, baseando-se nos princípios abaixo delineados.

1. O seguro privado pode desempenhar e desempenha um papel chave no gerenciamento de riscos de desastres. Mercados de seguros inteiramente abertos e competitivos aprimoram a habilidade das seguradoras de responder a desastres da maneira mais eficiente. Além disso, se o sistema regulatório proporciona um vigoroso mercado de seguros privados, as seguradoras também podem contribuir para o GRD por meio de informações públicas, serviços de prevenção de perdas e defesa de medidas que reduzam o risco de perdas, tais como melhores códigos de construção. Os Governos devem, portanto, cooperar com o setor privado, incluindo as seguradoras, no desenvolvimento de planos de GRD nacionais e em resposta e recuperação.
2. O papel preponderante dos Governos é o de garantir que o plano nacional de GRD seja completo e adequado para atender às necessidades da população após o evento. A análise de riscos, adaptação, mitigação, preparação, resposta a emergências e recuperação são importantes componentes de planos de GRD. Os Governos devem se engajar com stakeholders, incluindo seguradoras no desenvolvimento dos seus planos de GRD.
3. Reconhecemos que uma abordagem única para gerenciamento de risco de desastres pode não funcionar para todas as jurisdições. Os países enfrentam ameaças naturais diversas, possuem infraestruturas institucionais e financeiras diferentes, sistemas econômicos e políticos diversos e, por uma série de razões, desenvolveram respostas diferentes. Apesar das diferentes abordagens para o gerenciamento de riscos de desastres em várias jurisdições, um aspecto comum de todos os planos de GRD nacionais deve ser uma clara e aberta comunicação antes-do-evento sobre expectativas e responsabilidades. Independente da abordagem tomada, a fim de comunicar sinais econômicos sobre riscos, todos os custos e subsídios em um GRD devem ser abertos e transparentes.
4. Qualidade e disponibilidade de dados são elementos centrais para a análise e planejamento precisos dos riscos, sem os quais um plano de GRD eficiente não pode ser desenvolvido. A fim de alcançar essa finalidade, Governos são encorajados a promover a reunião e compartilhamento de dados que possam maximizar a habilidade das seguradoras de desempenhar um papel no plano de GRD. Todavia, Governos não devem impor requisitos irrazoáveis para seguradoras, especialmente no momento em que elas estejam respondendo a um desastre.
5. A precificação de produtos de seguros deve refletir o risco assumido pelas seguradoras e resseguradoras. Tal mecanismo de precificação promove resiliência, disponibilidade de cobertura e comportamentos de redução de riscos.